



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**PARECER:** 226/2017–GP1P

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 21.046/2014

**EMENTA:** 1. CONCORRÊNCIA Nº 7/2014. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER/DF. CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTO COM MELHORAMENTOS E ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA DF – 033 (EPIA) E VIA SUPLEMENTAR – **LIGAÇÃO TORTO/COLORADO**. CONTRATOS Nºs 18/2014 E 21/2014 DER/DF X TRIER ENGENHARIA S/A. E CONSÓRCIO JM/CIDADE. DECISÃO Nº 6.253/2016. REVISÃO DOS REAJUSTES CONCEDIDOS NAQUELES AJUSTES. MARCO INICIAL: DATA DAS PROPOSTAS. REPRESENTAÇÕES FORMULADAS PELAS CONTRATADAS, CONHECIDAS COMO PEDIDOS DE REEXAME. DECISÕES Nºs 1.962/2017 E 2.956/2017. ANÁLISE DE MÉRITO.  
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE O **PROVIMENTO** DOS RECURSOS.  
3. PARECER **DIVERGENTE** DO **PARQUET** ESPECIALIZADO.

1. Tratam os autos do exame da Concorrência nº 7/2014, promovida pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, destinado à contratação de sociedade empresária para execução dos serviços de supervisão e acompanhamento ambiental das obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da Rodovia DF – 003 (EPIA) e via suplementar – ligação Torto/Colorado, objeto dos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014, oriundos da Concorrência nº 4/2013, firmados, respectivamente, com a sociedade empresária Trier Engenharia S/A e com o Consórcio JM/Cidade (JM Terraplanagem e Construções Ltda. e Construtora Cidade Ltda.).

2. Para o presente momento processual, relevante destacar as seguintes deliberações deste e. **TCDF**, prolatadas no presente feito:

**Decisão nº 5.043/2015** (fls. 245/246):

*“(…) IV – determinar ao DER/DF que: (...); d) **encaminhe documentação alusiva aos reajustamentos contratuais a serem celebrados nos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014, no montante de R\$ 14.241.637,98, por haver completado 1 (um) ano da celebração dos ajustes; (...).**”* (Grifos acrescidos).

**Decisão nº 857/2016** (fls. 480/481):



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*“(…), decidiu: I – tomar conhecimento: (...); b) do Ofício nº 1227/2015 - DG (fl. 333) e documentos anexos (fl. 334/403), encaminhados pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, em atendimento ao item IV da Decisão nº 5.043/2015; c) da Informação nº 04/2016 – NFO (fls. 406/437); d) do Parecer nº 163/2016-DA (fls. 440/444); II - considerar, em relação ao item IV da Decisão nº 5.043/2015: a) cumpridos os subitens ‘a’ e ‘c’; b) parcialmente cumpridos os subitens ‘b.1’, ‘b.2’, ‘b.3.3’, ‘b.4’, ‘b.5’ e ‘b.6’; c) não cumpridos os subitens ‘b.3.1’ e ‘b.3.2’; III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que; (...) e) encaminhe documentação alusiva aos reajustamentos contratuais a serem celebrados nos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014, por haver completado 1 (um) ano da celebração dos ajustes, tão logo seja iniciado os procedimentos para efetivação desses reajustes;” (Grifos acrescidos).*

**Decisão nº 3.495/2016 (fls. 568/569):**

*“(…), decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 444/2016 – DG (fl. 491) e de seu respectivo anexo (juntado aos autos na forma do Anexo III), encaminhados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, em atendimento ao item III da Decisão nº 857/2016; b) da Informação nº 13/2016 – NFO (fls. 492/524); c) do Parecer nº 568/2016-DA (fls. 526/530); II – considerar, em relação ao item III da Decisão nº 857/2016: a) atendidos os subitens ‘b.1’, ‘b.2’, ‘d’, e ‘f’; b) não atendidos os subitens ‘a’, ‘c.1’, ‘c.2’, e ‘e’; III – em razão do item ‘II-b’, determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que; (...); d) encaminhe a esta Corte de Contas: 1) documentação alusiva aos reajustes contratuais a serem implementados nos Contratos n.os 18/2014 e 21/2014, por haver completado 1 (um) ano da celebração dos ajustes, tão logo sejam iniciados os procedimentos para sua efetivação (...); IV – alertar o Diretor-Geral do DER/DF de que o descumprimento das determinações constante dos item III poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994;.” (Grifos acrescidos).*

**Decisão nº 6.253/2016 (fl. 678):**

*“(…), decidiu: I. tomar conhecimento da instrução e dos documentos constantes as folhas 571 a 608; II. considerar, em relação à Decisão nº 3495/2016: a) Atendidos os itens III.a, III.c, III.d.2; b) Não atendido o item III.d.1; III. determinar ao DER/DF que reveja, por meio de repactuação, os reajustes concedidos às empresas detentoras dos Contratos n.ºs 18 e 21/2014, utilizando como marco inicial a data da proposta, por ser a menos onerosa para a Administração e não causar prejuízos às empresas contratadas; (...).” (Grifos acrescidos).*

**Decisão nº 1.321/2017 (fl. 689):**

*“(…), decidiu: I – reiterar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal o disposto na Decisão nº 6253/2016, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias; II – alertar o titular da pasta, Sr. Henrique Leite Ludovice, que o não atendimento, no prazo fixado, da diligência determinada pelo Tribunal ensejará a aplicação de multa ao infrator, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94;” (Grifos acrescidos).*

**Decisão nº 1.962/2017 (fl. 782):**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*“(…). decidiu: I – **conhecer** do documento de fls. 750/764, apresentado pelo **Consórcio JM/CIDADE**, como **Pedido de Reexame contra o item III da Decisão nº 6253/2016**, conferindo efeito suspensivo na parte que atinge ao recorrente, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, do contraditório e da ampla defesa; II – dar ciência desta deliberação ao recorrente; III – autorizar: a) nos termos do art. 283 do RI/TCDF, a comunicação do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem contrarrazões em face do recurso manejado pelo aludido consórcio;”* (Grifos acrescidos).

**Decisão nº 2.956/2017** (fl. 909):

*“(…), decidiu: I – **conhecer** do documento de fls. 852/873, apresentado pela **sociedade empresária Trier Engenharia Ltda.**, como **Pedido de Reexame contra o item III da Decisão nº 6253/2016**, conferindo efeito suspensivo na parte que atinge o recorrente, em homenagem aos princípios da fungibilidade recursal, do contraditório e da ampla defesa; II – dar ciência desta deliberação ao recorrente; III – autorizar: a) nos termos do art. 283 do RI/TCDF, a comunicação do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem contrarrazões em face do recurso manejado pela aludida empresa;”* (Grifos acrescidos).

3. A Terceira Divisão de Acompanhamento deste e. **Tribunal** analisou as peças denominadas representações, conhecidas como Pedidos de Reexame, formuladas pelo Consórcio JM/Cidade e pela Trier Engenharia S/A, presentes às fls. 750/764 e 852/873, respectivamente, contra a r. Decisão nº 6.253/2016 (fl. 678), por intermédio da Informação nº 187/2017-3ª Diacomp (fls. 1.0681.077).

4. Na referida instrução, a Unidade Técnica também procedeu ao exame das contrarrazões apresentadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF (fls. 821/837 e 926/930) e pelo DER/DF (fls. 838/851 e 913/925), em face da comunicação autorizada no item III das rr. Decisões nºs 1.962/2017 e 2.956/2017 e, ainda, as informações complementares apresentadas tanto pela sociedade Trier Engenharia S/A (fls. 939/974), quanto pelo Consórcio JM/Cidade (fls. 975/1.018) aos Pedidos de Reexame, oportunidade em que requereram, em síntese, que o entendimento adotado no r. **Decisum** nº 4.058/2017, exarada no Processo nº 11.320/2017-e<sup>1</sup>, fosse estendido aos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014.

5. Nesse contexto, ao final da análise, o Corpo Instrutivo sugeriu a esta e. **Corte de Contas**:

*“I - tomar conhecimento:*

*a) das manifestações do Departamento de Estradas de Rodagem do DF de fls. 838/851 e 913/925;*

<sup>1</sup> Representação, com pedido de medida cautelar, protocolada pelo Consórcio VIA/Conterc, em face da Instrução DER nº 21, de 24/2/2017, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, que determinou providências com vistas ao cancelamento de termo aditivo que concedeu reajuste no âmbito do Contrato nº 25/2014.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

- b) dos Ofícios n.ºs 755/2017-GAB/CGDF e 900/2017 – GAB/CGDF e anexos (fls. 821/837 e 926/930);*
- c) dos documentos adicionais apresentados pela empresa Trier Engenharia (fls. 939/974 e 1.019/1063);*
- d) dos documentos adicionais apresentados pelo Consórcio JM/Cidade (fls. 975/1018);*
- II - dar, no mérito, provimento aos Pedidos de Reexame conhecidos mediante as Decisões n.ºs 1962/2017 e 2956/2017, para:*
  - a) tornar sem efeito o item III da Decisão n.º 6.253/2016;*
  - b) considerar legal a concessão de reajustes no âmbito dos Contratos n.ºs 18/2014-DER/DF e 21/2014-DER/DF a partir das datas-bases do orçamento estimativo do DER/DF, com fulcro no art. 41 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;*
- III - determinar ao DER/DF, com esteio no art. 45 da Lei Complementar n.º 01/1994, que, no prazo de 30 (trinta) dias:*
  - a) reveja os termos do Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 18/2014-DER/DF e do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 21/2014-DER/DF, promovendo os devidos ajustes financeiros, tendo em vista que os reajustes só podem ser concedidos a cada 12 (doze) meses, contados da data-base da referência de preço utilizada para cada item da planilha estimativa da licitação, nos termos do art. 28 da Lei n.º 9.069/1995 e do art. 2º da Lei n.º 10.192/2001;*
  - b) encaminhe ao Tribunal cópia de documentação comprobatória do cumprimento da diligência contida na alínea anterior;*
- IV – autorizar:*
  - a) que a diligência determinada no item III tenha seu cumprimento verificado no âmbito do Processo n.º 25083/16;*
  - b) a juntada de cópia da decisão a ser exarada aos autos do Processo n.º 25083/2016;*
  - c) o retorno dos autos à SEACOMP para análise do cumprimento do item IV, letras 'a' e 'b', e das razões de justificativa indicadas no item V, letra 'b', todos da Decisão n.º 6.253/2016.” (fls. 1.076/1.077).*

6. Por fim, em cumprimento ao r. Despacho Singular n.º 328/2017-GCMM (fl. 1.078), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

7. Após este relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em substituição, consoante o disposto na Lei n.º 13.024/2014, na Resolução n.º 304/2017, no Ato Normativo n.º 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa n.º 46/2017-TCDF.

8. Nesse viés, saliento que este **Parquet** especializado, com as vênias de estilo, possui entendimento **divergente** do apresentado pela Terceira Divisão de Acompanhamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

9. Com efeito, sobre os argumentos recursais apresentados pelo Consórcio JM/Cidade e pela Trier Engenharia S/A, entendo relevante destacar o exame feito pela Área Técnica, **in verbis**:

***“III - Do Mérito dos Pedidos de Reexame***

*13. No item III da Decisão nº 6.253/2016, o Tribunal determinou ao DER/DF que revisse ‘..., por meio de repactuação, os reajustes concedidos às empresas detentoras dos Contratos n.ºs 18 e 21/2014, utilizando como marco inicial a data da proposta, por ser a menos onerosa para a Administração e não causar prejuízos às empresas contratadas...’.*

*14. Os Pedidos de Reexame não atacaram diretamente à Decisão nº 6.253/2016. Os recursos questionam, na realidade, o cancelamento dos aditivos de reajuste aos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014, feito pela Autarquia Distrital mediante a Instrução nº 21, de 14/02/2017, em obediência ao Parecer nº 754/2016 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Solicitação de Ação Corretiva nº 1/2017 – SUBCI/CGDF.*

*15. As empresas alegam, em síntese, que (fls. 750/771 e 852/873):*

- a) os aditivos anteriormente concedidos garantiam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014;*
- b) o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro é uma garantia constitucional, mesmo que não haja previsão editalícia e contratual para sua concessão;*
- c) os orçamentos referenciais, que embasaram a Concorrência nº 07/2014, têm como datas-bases junho de 2009, outubro de 2011, julho de 2012 e setembro de 2012;*
- d) os Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014 ficaram paralisados de 2014 a 2016 por culpa não atribuível às contratadas.*

*16. O Departamento de Estradas de Rodagem do DF defende a manutenção dos reajustes concedidos aos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014 a partir da data-base dos orçamentos estimativos (fls. 838/851 e 913/925). A CGDF, por lado, defende que os reajustes a partir da data-base dos orçamentos estimativos não tinham previsão contratual ou editalícia. Sua tese é embasada no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.*

*17. Como se nota, três possibilidades de reajustamento dos valores contratuais estão em discussão:*

- a) o reajustamento a partir da data-base dos orçamentos estimativos (junho de 2009, outubro de 2011, julho de 2012 e setembro de 2012). Esse é o pleito dos recorrentes, com o qual concorda o DER;*
- b) o reajustamento a partir da data das propostas (dezembro de 2013), conforme determinado pelo TCDF na Decisão nº 6253/2016;*
- c) o reajustamento a partir do início das prorrogações contratuais (dezembro de 2014), como defendem a CGDF e a PGDF.*

*18. O entendimento da CGDF não merece prosperar. O DER reafirmou que o Edital da Concorrência nº 04/2013 continha erro material, o que já havia sido trazido aos autos na Informação nº 24/2016-NFO. Ao mesmo tempo em que previa prazo de execução das obras de 30 (trinta) meses (item 13.1), dispunha que o contrato não sofreria quaisquer tipos de reajustamentos, mantendo, por equívoco, texto padrão utilizado nos modelos de editais de licitação relativos a obras de curta duração. Ora, não se pode defender a vinculação a instrumento convocatório viciado, contrariando, até mesmo, o direito à manutenção das condições da proposta, previsto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

19. Resta definir se o correto é permitir o reajuste a partir das datas-bases dos orçamentos estimativos ou apenas a partir da data da proposta. **O NFO, na aludida Informação nº 24/2016, defendeu o reajuste a partir da data da proposta. Uma vez que o edital não definia os critérios de reajustamento, deveria o DER optar pela alternativa menos onerosa, entre as previstas no art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93, verbis:**

*XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;*

20. **Esse entendimento foi o esposado pela Corte no item III da Decisão nº 6.253/2016. Porém, considera-se que seja mais correto o reajustamento a partir das datas-bases das propostas, pelas razões adiante aduzidas.**

21. Como já descrito, os orçamentos estimativos continham preços defasados há vários anos. Pergunta-se: diante dessa defasagem, poderiam as licitantes apresentar propostas com preços corrigidos até a data da proposta? A resposta a esta pergunta define qual critério de reajuste deve ser adotado. Se elas tinham a faculdade de apresentar propostas com preços atualizados, é evidente que os preços contratados devem ser corrigidos a partir da data das propostas. Mas, se eram obrigadas a apresentar propostas com preços defasados, os contratos devem ser reajustados desde a data-base dos orçamentos estimativos.

22. Note-se a redação dos itens 9.3.3 e 9.7 'b' e 'e' do Edital (fl. 26 do Anexo VI):

9.3.3 A proposta de preços tem como limites superiores pré-estabelecidos o valor total previsto pelo DER-DF, sendo desclassificada a proponente que não respeitar o limite máximo estabelecido neste edital nos valores de Lote 01 – Km 0,0 – Km 2,5 – no valor de R\$ 36.909.090,58 (trinta e seis milhões, novecentos e nove mil, noventa reais e cinquenta e oito centavos), e Lote 02- Km 2,5 – Km 5,2 – no valor de R\$ 42.601.316,05 (quarenta e dois milhões, seiscentos e um mil, trezentos e dezesseis reais e cinco centavos), e respeitar também aos preços unitários constantes da planilha de preços os quais podem variar, porém não ultrapassar os valores transcritos na planilha de preços do orçamento estimativo (Anexo III) do DER-DF.

(...)

9.7. Serão desclassificadas:

(...)

b) As propostas com preços excessivos, assim consideradas aquelas que apresentarem valor total superior ao Valor previsto pelo DER-DF, ou manifestamente inexecutáveis, nos termos do disposto (...)

e) Preços unitários constantes na Proposta de Preços ultrapassem os valores unitários constantes no anexo III – Orçamento Estimativo, deste Edital;

23. Uma vez que as propostas não poderiam ultrapassar os valores dos orçamentos estimativos elaborados pelo DER, é evidente que as licitantes se encontravam limitadas em sua opção de corrigir os valores defasados. Tal limitação foi agravada pelo número expressivo de licitantes que participaram do certame, o que eleva o valor dos descontos obtidos:

- 10 empresas participaram do lote 1, vencido pela Trier, que ofertou desconto de 8,85% em relação ao orçamento estimativo; e
- 8 empresas do lote 2, vencido pelo JM/Cidade, com desconto de 9,35%



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

24. Portanto, entende-se que os recursos poderiam ser considerados procedentes, com consequente manutenção dos aditivos de reajuste. O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro tem índole constitucional (art. 37, XXI, da CF/88) e está previsto nos artigos 58, I, § 1º, e 65, II, § 8º, todos da Lei nº 8.666/93. Ou seja, sua concessão deve ocorrer ainda que não exista previsão contratual ou editalícia.

25. É oportuno destacar que a não concessão do reajuste causa desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, visto que os itens dos orçamentos das obras datam de 2009, 2011 e 2012, enquanto os serviços iniciaram em 2016, isto é, após mais de 4 anos da data-base do orçamento.

26. Realce-se que as prorrogações e paralisações verificadas no curso dos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014 foram de estrita responsabilidade do DER-DF, como está assinalado no Parecer nº 002/2016/PROJUR/Chefia da Procuradoria Jurídica da Autarquia Distrital (fls. 6/15 do Anexo VI).

27. Um fato novo, contudo, surgiu após a impetração dos recursos em exame: a edição da Decisão nº 4.058/2017 – Processo nº 11.320/2017. As empresas recorrentes pedem a aplicação do entendimento adotado nessa última deliberação plenária aos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014.

28. Com a Decisão nº 4.058/2017, a Corte resolveu (fl. 1.018):

‘I – tomar conhecimento do Ofício n.º 684/2017-DG (e-DOC 641338E9-c), remetido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF em atenção ao item III da Decisão n.º 3.302/2017; II – considerar: a) atendido o item III da Decisão n.º 3.302/2017; b) parcialmente procedente a representação de e-DOC 9553516C-c, protocolada pelo Consórcio Via/Conterc, no sentido de considerar legal a concessão de reajustes no âmbito do Contrato n.º 25/2014-DER/DF a partir das datas-bases do orçamento estimativo do DER/DF, com fulcro na Nota de Esclarecimento da Concorrência n.º 02/2013, no art. 41 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; c) prejudicada a medida cautelar demandada na peça inicial; III – com fulcro no art. 45 da Lei Complementar n.º 01/1994, determinar ao DER/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) reveja os termos do Décimo Termo Aditivo ao Contrato n.º 25/2014-DER/DF, promovendo os devidos ajustes financeiros, tendo em vista que os reajustes só podem ser concedidos a cada 12 (doze) meses, contados da data-base da referência de preço utilizada para cada item da planilha estimativa da licitação, nos termos do art. 28 da Lei n.º 9.069/1995 e do art. 2º da Lei n.º 10.192/2001; b) encaminhe ao Tribunal cópia de documentação comprobatória do cumprimento da diligência contida na alínea anterior; IV – em homenagem ao princípio do juiz natural, determinar a juntada do e-DOC 6C50DA35-c ao Processo n.º 21.046/2014 para exame naquele feito; V – dar ciência desta decisão ao representante legal do Consórcio Via/Conterc; VI – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao DER/DF para subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF para os devidos fins.’

29. O TCDF, no Processo nº 11.320/2017, entendeu que era possível o reajuste dos contratos desde a data-base dos orçamentos referenciais, tendo em vista a publicação de Nota de Esclarecimento à Concorrência nº 002/2013 com descrição sobre aplicação de reajuste.

30. No Voto Condutor da Decisão nº 4.058/2017, o Conselheiro-Relator consignou (fl. 1.012):



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*‘Desse modo, considerando que, segundo o DER/DF, a Nota de Esclarecimento da Concorrência n.º 02/2013 teve por objetivo prever reajustamento com data-base a partir dos orçamentos estimativos da Autarquia, não se pode olvidar que os esclarecimentos fornecidos pela Administração aos licitantes têm força idêntica aos comandos editalícios iniciais, passando a vincular todos os atos subsequentes da licitação e da própria execução contratual, com espeque no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.’*

31. No caso destes autos, a Concorrência n.º 04/2014, geradora dos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014, não houve a publicação de nota de esclarecimento quanto à questão do reajuste.

32. Apesar dessa diferença, os ajustes tratados nos autos tem grande similaridade com a Contrato n.º 25/2014. Seus orçamentos referem-se a datas-bases similares. As concorrências foram realizadas em épocas próximas. As respectivas obras sofreram longa paralização por culpa do Estado.

33. O princípio da isonomia (art. 37 da CF/88) permite que o entendimento firmado com a Decisão n.º 4.058/2017 seja estendido aos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014, conforme pretendido pelas recorrentes.

34. ***Um fato peculiar merecedor de abordagem é que a Trier Engenharia SA perdeu no Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF a ação em que pedia a manutenção do aditivo de reajuste (MS n.º 0722713-85.2017.8.07.0018) com decisão transitada em julgado (fls. 1064/1067). O Judiciário considerou legal o Parecer n.º 754/2016 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e a Solicitação de Ação Corretiva n.º 1/2017 – SUBCI/CGDF. Tal entendimento contraria a tese aqui defendida.***

35. Entende-se que a questão pode ser superada pelo princípio da independência das instâncias. O TCDF atua na esfera administrativa, enquanto TJDF; na esfera judicial. Esta Corte, portanto, não se sujeita, no assunto em debate, ao entendimento judicial.

36. Os recursos podem ser considerados procedentes para reformar o item III da Decisão n.º 6.253/2016, sendo possível a aplicação do entendimento esposado na Decisão n.º 4.058/2017 aos Contratos n.ºs 18/2014 e 21/2014. ” (Fls. 1.070/1.075 – Grifos acrescidos e no original).

10. Posto isso, entendo pertinente um aparte para trazer à baila algumas questões que me parecem relevantes para o deslinde da **questão**.

11. Em primeiro lugar, é de se mencionar que o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é **constitucionalmente assegurado**, conforme disposto no art. 37, XXI, da Lei Maior, **in verbis**:

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

12. Pode a equação econômico-financeira, intangível por disposição constitucional, ser considerada como “a relação entre encargos e vantagens assumidas pelas partes do contrato administrativo, estabelecida por ocasião da contratação, e que deverá ser preservada ao longo da execução do contrato”<sup>1</sup>.

13. Ao abrigo desse dispositivo, a Lei nº 8.666/1993 trouxe, em seu art. 40, XI, a obrigatoriedade de os editais de licitação conterem “critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela”. Na mesma linha, o art. 55, III, do citado diploma dispõe que os contratos administrativos deverão conter cláusulas que estabelecerão “o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento”.

14. A propósito, nas lições de **Marçal Justen Filho**<sup>2</sup>, a distinção dos instrumentos para a recomposição da equação econômico-financeira: a **revisão**, o reajuste e a repactuação de preços:

*“Reserva-se a expressão ‘revisão’ de preços para os casos em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada da inflação verificada. Envolve a alteração dos deveres impostos ao contratado, independentemente de circunstâncias meramente inflacionárias. Isso se passa quando a atividade de execução do contrato sujeita-se a uma excepcional e anômala elevação (ou redução) de preços (que não é refletida nos índices comuns de inflação) ou quando os encargos contratualmente previstos são ampliados ou tornados mais onerosos.” (Grifos acrescidos).*

*“Já o ‘reajuste’ de preços é uma solução desenvolvida na experiência estrangeira, mas que recebeu aplicação muito intensa na prática consensual brasileira. (...) A Administração passou a prever, desde logo, a variação dos preços contratuais segundo a variação de índices (predeterminados ou não). Essa prática é identificada como ‘reajuste’ de preços. Trata-se da alteração dos preços para compensar (exclusivamente) os efeitos das variações inflacionárias. (...) O reajuste baseia-se em índices setoriais vinculados às elevações inflacionárias quanto a prestações específicas. Já a atualização financeira se refere aos índices gerais de inflação.” (Grifos acrescidos).*

*“A chamada ‘repactuação’ foi instituída no âmbito federal, tomando em vista especificamente as contratações de serviços contínuos subordinadas ao art. 57, inc. II. (...)*

*A figura em tela assemelha-se ao reajuste, no sentido de ser prevista para ocorrer a cada doze meses ou quando se promover a renovação contratual. Mas aproxima-se da revisão de preços quanto ao seu conteúdo: trata-se de uma discussão entre as partes relativamente às variações de custo efetivamente ocorridas. Não se promove a mera e*

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 11ª ed. São Paulo: RT, 2015, p. 526.

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 906, 908 e 911.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*automática aplicação de um indexador de preços, mas examina-se a real evolução de custos do particular.” (Grifos acrescidos)*

15. Essas definições embasaram o voto condutor do v. Acórdão nº 3.040/2008-TCU e também a deliberação da c. **Primeira Câmara** daquela e. **Corte** proferida nos autos do Processo nº 9.107/2002-4, conforme excertos a seguir transcritos:

“(…)

*10. Para que não restem dúvidas quanto à configuração, no caso em concreto, das condições necessárias para a concessão de repactuação, consideramos oportuno discorrer sobre o tema repactuação, diferenciado este dos demais institutos previstos na legislação para manutenção da equação econômica-financeira original do contrato: reajuste, atualização financeira, revisão e repactuação.*

*10.1. Reajuste (ou reajustamento) é o instituto que se destina a compensar o desequilíbrio econômico-financeiro resultante do aumento dos custos de execução do contrato causado pela inflação. Está autorizado pelas disposições do arts. 40, inciso XI, 55, inciso III e 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93 e pelos arts. 2º e 3º da Lei n. 10.192/01. Baseia-se no estabelecimento prévio, no edital, de índices que reflitam a variação dos custos de execução do contrato. A estipulação de reajuste é admitida exclusivamente para os contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano. A periodicidade mínima de concessão é um ano.*

“(…)

*10.3 Revisão de preços (ou reequilíbrio ou recomposição) é o instituto previsto no Inciso II, item ‘d’, §§ 5o e 6o, todos do art. 65 da Lei n. 8.666/93. Tem por objeto o restabelecimento da relação entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração pactuados inicialmente, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis bem como nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração.*

*10.4. O direito à revisão independe de previsão em edital ou contrato ou de transcurso de prazos. As alterações de preços estão autorizadas sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis que desequilibrem significativamente as condições originalmente pactuadas e devem retratar a variação efetiva dos custos de produção.*

“(…)”

(Acórdão nº 1.309/2006, **Primeira Câmara**, Min. Rel. **Guilherme Palmeira**).

16. Posto isso, remeto à Informação nº 24/2016-NFO (fls. 623/644) e ao Parecer nº 1.107/2016-DA (fls. 646/660) que, nesse aspecto, fundamentaram o r. **Decisum** ora recorrido.

17. Em harmonia com as manifestações contidas nesses expedientes, entendo que, ao abrigo da Lei nº 8.666/1993, sobretudo dos arts. 40, XI e 55, III, o termo inicial que norteará o reajuste deverá levar em consideração a **data de apresentação e recebimento dos envelopes das propostas** da Concorrência nº 4/2013-DER/DF.

18. Esse entendimento, **mutatis mutandis**, possui guarida na jurisprudência do c. **Tribunal de Contas da União**, da qual cito o seguinte precedente:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*“9.1.1. a interpretação sistemática do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, do art. 3º, § 1º, da Lei 10.192 e do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/93 indica que o marco inicial, a partir do qual se computa o **período de um ano** para a aplicação de índices de **reajustamento previstos em edital**, é a data da **apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, de acordo com o previsto no edital**;*

*9.1.2. na hipótese de vir a ocorrer o **decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual**, o procedimento de reajustamento aplicável, em face do disposto no art. 28, § 1º, da Lei 9.069/95 c/c os arts. 2º e 3º da Lei 10.192/2001, consiste em firmar o contrato com os valores originais da proposta e, **antes do início da execução contratual, celebrar termo aditivo reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital** relativa ao período de somente um ano, contado a partir da data da apresentação das propostas ou da data do orçamento a que ela se referir, devendo os demais reajustes ser efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre desse marco inicial, sendo necessário que estejam devidamente caracterizados tanto o interesse público na contratação quanto a presença de condições legais para a contratação, em especial: haver autorização orçamentária (incisos II, III e IV do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93); tratar-se da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei 8.666/93); preços ofertados compatíveis com os de mercado (art. 43, IV, da Lei 8.666/93); manutenção das condições exigidas para habilitação (art. 55, XIII, da Lei 8.666/93); interesse do licitante vencedor, manifestado formalmente, em continuar vinculado à proposta (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93); (...).”*

(Acórdão nº 474/2005, **Plenário**, Rel. Min.-Substituto **Augusto Sherman**)

19. Vale relembrar que a Lei nº 10.192/2001 e a Lei nº 9.069/1995, assim dispõem, respectivamente:

*“Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão **reajustados** ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

*§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo **será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir**”.*

*“Art. 28. Nos contratos celebrados ou convertidos em REAL com cláusula de correção monetária por índices de preço ou por índice que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados, **a periodicidade de aplicação dessas cláusulas será anual**.*

*§ 1º **É nula de pleno direito e não surtirá nenhum efeito** cláusula de correção monetária cuja periodicidade seja **inferior a um ano**”.*

20. **In casu**, não se pode olvidar que o Edital da Concorrência nº 4/2013-DER asseverou em seu item 12.5 que *“O contrato **não sofrerá** quaisquer tipos de reajustamentos, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, ‘d’ da Lei n. 8.666/93”.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

21. Nada obstante, a minuta de contrato prescrevia que:

*“12.1 A alteração de valor contratual decorrente do **reajuste de preço**, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.”*

22. Da leitura dos dispositivos alhures citados e harmonizando-os com o disposto no art. 40, XI, da Lei nº 8.666/1993, tem-se que o Edital deveria adotar como data-base para o período de um ano para reajuste **ou a apresentação das propostas ou a data do orçamento**. Contudo, **evidente o silêncio do instrumento convocatório**, motivo pelo qual, ao abrigo da **menor onerosidade à Administração e a fim de garantir o direito constitucional da manutenção efetiva da proposta**, mostra-se consentâneo com o princípio da supremacia do interesse público, diante da lacuna editalícia, a estipulação de que o **reajuste** deverá ser efetivado a partir da **data da apresentação da proposta**, sem se olvidar que também deverá ser respeitado o prazo de **12 meses** da data desta apresentação para a formulação de tal pedido.

23. A propósito, rememoro que o DER/DF assim procedeu, a exemplo do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2014 firmado com a sociedade empresária Trier Engenharia Ltda., constante às fls. 9.632/9.9633 do Anexo V.

24. Nada obstante, na forma que destacou o NFO na Informação nº 24/2016, posteriormente, a Autarquia tornou sem efeito aquele ajuste para, então, celebrar o **Décimo Quarto Termo Aditivo (fls. 9.663/9.666 do Anexo V)**, procedendo ao reajuste a partir da **data do orçamento**, portanto, de forma **mais onerosa** para a Administração, do QUE decorreu a determinação plenária contida no item III da r. Decisão nº 6.253/2016 (fl. 678).

25. Nesse sentido, a par das alegações apresentadas pelos recorrentes, este **MPC/DF** conclui que **os apelos não trouxeram fatos ou argumentos que pudessem afastar a irregularidade concernente aos reajustes concedidos às sociedades empresárias detentoras dos Contratos nºs 18/2014 e 21/2014**, tomando como referência a data do orçamento.

26. Ademais, ressalto que este Representante Ministerial se manifestou nos autos de nº 11.320/2017-e, no qual foi exarada a r. Decisão nº 4.058/2017, de cujo teor se socorrem neste momento os recorrentes para o provimento de seus apelos.

27. Com efeito, vale mencionar que naquele processo interpus Pedido de Reexame em face da indigitada deliberação, cujo conteúdo foi conhecido pelo e. **Tribunal** por meio do r. Decisum nº 5.084/2017, **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do pedido de reexame apresentado pelo Ministério Público junto à Corte*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*contra a Decisão nº 4.058/2017, conferindo efeito suspensivo aos itens II.b e III.a da referida decisão, consoante estabelece o art. 47, c/c 34 da Lei Complementar nº 01/1994 e art. 286 do RI/TCDF; II – autorizar: a) nos termos do art. 283 do RI/TCDF, a concessão de prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados (Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e o representante legal do Consórcio Via/Contrerc), querendo, ofereçam contrarrazões recursais; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”*

28. A propósito, entendo oportuna a transcrição dos seguintes excertos do apelo:

**“III – DAS RAZÕES RECURSAIS**

7. No voto condutor da Decisão atacada, o em. Conselheiro-Relator, ao examinar os autos, enfatizou que a manifestação do DER/DF sobre a Nota Explicativa lançada por ocasião da publicação do edital da Concorrência nº 2/2013-DER/DF teria dirimido as dúvidas suscitadas nos autos ao informar que o marco inicial para a incidência do reajuste de preços seria a data-base da referência dos preços de cada item da planilha estimativa de custos. A propósito, assim se manifestou o em. Conselheiro-Relator:

“(…)

*Entretanto, fato é que a Nota de Esclarecimento da Concorrência n.º 02/2013 indicou a possibilidade de que os preços fossem reajustados.*

*Neste momento, ressalto que o entendimento ministerial externado em seu Parecer de Vista quanto à possibilidade de incidência de reajuste no Contrato n.º 25/2014-DER/DF somente a partir da data da apresentação das propostas decorre fundamentalmente da interpretação contida no parágrafo 22 de seu opinativo, quando afirma que ‘a Nota de Esclarecimento não dispõe sobre o marco inicial para a incidência do reajuste, mas apresenta apenas a data base dos orçamentos’.*

*Ocorre que foi justamente para sanar eventual dúvida interpretativa sobre esse marco inicial que o Tribunal requereu esclarecimentos adicionais ao DER/DF por intermédio da Decisão n.º 3.302/2017.*

*E no bojo da manifestação da Autarquia em atenção ao referido decisum, afirmou-se claramente que a nota de esclarecimento teve o propósito de corrigir os termos do instrumento convocatório, passando a prever o reajustamento a partir das datas-bases ‘dos orçamentos utilizados na elaboração das planilhas de custos’ (...)*

8. *Infere-se, a partir das conclusões do i. Relator, que o DER/DF, ao divulgar a Nota de Esclarecimento da Concorrência nº 2/2013-DER/DF, teve a intenção de informar aos licitantes que o reajuste dos preços seria contado a partir das datas-bases dos orçamentos utilizados na elaboração das planilhas de custos.*

9. *Todavia, a leitura da referida Nota de Esclarecimento não permite conclusão nesse sentido. Há, no documento, indicação das datas-bases dos orçamentos, mas não há qualquer afirmação de que o reajuste seria contado a partir dessas datas, (...)*

10. *Ademais disso, as informações prestadas pela Autarquia, em atenção à r. Decisão nº 3.302/2017, malgrado esclarecedoras, não têm o condão de modificar ou suprir eventual lacuna ocorrida, à época, no ato convocatório, tampouco força para vincular o atual exame a cargo da e. **Corte de Contas**. A prevalecer esta conclusão,*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*estará o c. TCDF admitindo a hipótese de alteração de edital pela entidade licitante após a homologação e durante a execução do objeto.*

11. Esta observação mostra-se relevante ante o princípio da vinculação ao ato convocatório. As regras editalícias, estabelecidas em conformidade com a lei e previamente à abertura do certame, vinculam as propostas e devem ser observadas por todos. Não se pode interpretar o edital de maneira extensiva a ponto de inovar, fixando regra nele não prevista expressamente no presente momento.

12. No processo, ao contrário da resposta do DER/DF, é possível verificar que a Nota de Esclarecimento transcrita acima **não dispõe sobre o marco inicial para a incidência do reajuste**. Apresentou tão somente a possibilidade de reajuste do contrato e **informou as datas-bases dos orçamentos que serviram para a elaboração da planilha orçamentária de custos unitários**. **Nada mais além disso**. Enfim, a Nota de Esclarecimento deixou de mencionar a partir de quando incidiria o reajuste de preços.

13. Assim, a questão merece ser resolvida nos autos ante o pedido formulado na exordial, não podendo a e. Corte de Contas simplesmente considerar como absoluta a interpretação dada pelo DER/DF no bojo do Processo nº 11.320/2017 sobre o teor da Nota de Esclarecimento.

14. Nesse sentido, o MPC/DF volta a reforçar que a Jurisdicionada, mesmo instada a se manifestar nesse sentido, não trouxe a Nota de Esclarecimento da Concorrência nº 2/2013 devidamente assinada ou publicada no DODF. Apenas informou que a referida Nota foi publicada na página eletrônica da Autarquia, **sem, contudo, comprovar o alegado**.

15. Por essa razão, este Órgão Ministerial, na instrução dos autos, defendeu a aplicação, no caso concreto, das regras de reajuste largamente utilizadas na Administração Pública, **inclusive pelo DER/DF em editais lançados para a contratação de objeto similar ao da Concorrência nº 2/2013-DER/DF**. Como exemplo, pode ser mencionado o Edital de Concorrência nº 4/20161, que estabeleceu como regra o marco inicial para contagem da periodicidade de um ano a data da apresentação da proposta de preços, demonstrando ser esta a regra geral, nos seguintes termos:

‘(...)

8.5. – Em período inferior a 01 (um) ano, os preços serão fixos e irreajustáveis, de acordo com artigo 28, da Lei nº 9.069/95, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, ‘d’ da Lei n. 8.666/93. Ultrapassando esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, adotando-se o índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas. **O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste será a data de apresentação da proposta de preços, desde que o contrato seja assinado no prazo de sua validade.** (...).’ (Grifos acrescidos).

16. Desse modo, não havendo regra editalícia expressa e considerando que a Nota de Esclarecimento **nada dispôs sobre este ponto específico**, deve ser adotada a regra geral no sentido de considerar a data das propostas como marco inicial para a incidência dos reajustes.

17. Ademais, não havendo regra no Edital de Concorrência acerca do momento a partir do qual incide o reajuste, reitero a conclusão constante do Parecer nº 456/2017-ML (e-DOC 30E056FC), de modo a preservar o valor da proposta do licitante vencedor sem onerar além do necessário a Administração, havendo,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*inclusive, precedente do c. TCDF nesse sentido (r. Decisão nº 6.253/2016).” (Grifos no original).*

29. Por derradeiro, é de anotar que um dos recorrentes impetrou perante o c. **TJDFT** Mandado de Segurança (Processo nº 0102713-85.2017.8.07.0018) postulando a anulação da Instrução nº 21/2017, que cancelou o 14º Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2-14, já mencionado no parágrafo 24 deste Opinativo.

30. Em 25/5/2017, o d. Juiz de Direito da Quarta Vara de Fazenda Pública do DF, ao apreciar o mérito da lide, denegou a segurança, julgando **improcedente** o pedido. Naquela oportunidade, consignou em sua fundamentação:

*“16. A Instrução n. 21 observou a recomendação da CGDF e determinou o cancelamento do Décimo Quarto aditivo contratual. É preciso ressaltar que o ato não se resume a um cancelamento puro e simples do reajuste, mas indica a necessidade de reavaliação do valor concedido, para o fim de adequar aos termos do contrato original, visto que o aditivo somente poderia considerar, para fins de reajustamento do preço, o período de prorrogação da vigência do contrato.*

*17. Daí a necessidade de se promover realinhamento do valor do reajuste, sob pena de se conceder à empresa acréscimos relacionados ao período de vigência do contrato, em flagrante divergência ao teor do edital de licitação e ao próprio pacto.*

*18. Nesse quadro, o argumento da impetrante de que o atraso se deu por culpa da Administração não se mostra relevante, visto que o DER/DF, ao expedir a Instrução n. 21, não impôs à empresa a continuidade da execução do serviço sem qualquer reajuste, mas somente determinou apuração sobre eventuais excessos no reajuste concedido, em razão do que foi averiguado em estudo técnico.*

*19. Resta evidente que não há como se reconhecer o direito líquido e certo da TRIER ENGENHARIA a receber pagamentos calculados com o reajuste estabelecido no Décimo Quarto aditivo, o qual se apresenta contrário aos termos do edital de licitação e do contrato firmado entre as partes, o que pode ferir a legalidade.*

*20. Também não há como se reconhecer violação ao contraditório e ampla defesa e ao art. 58, § 1º, da Lei 8666/1993. Como bem demonstrou a autoridade impetrada, a TRIER ENGENHARIA foi notificada sobre a Instrução n. 21 em 23/3/2017 (ID 6523869). Ao invés de apresentar defesa no âmbito administrativo, optou por judicializar o litígio diretamente. Nesse caso, não cabe alegar cerceamento de defesa por parte da Administração.*

*21. Assim, a ordem deve ser denegada.”*

31. É de se ver que a decisão judicial, transitada em julgado, com arquivamento definitivo em 30/11/2017, ao denegar a ordem, foi até mais restritiva que a proposta Ministerial, por entender que carecia de direito líquido e certo a impetrante para “receber pagamentos calculados com o reajuste estabelecido no Décimo Quarto aditivo, o qual se apresenta contrários aos termos do edital de licitação e do contrato firmado entre as partes”.

32. Assim, no entender desta Primeira Procuradoria, os recursos interpostos devem ser **desprovidos**, mantendo-se incólumes os termos da r. Decisão nº 6.253/2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

33. Ante o exposto, este **Parquet** especializado, com as considerações acima, **diverge** das conclusões emanadas da percuciente Unidade Técnica e, nesse sentido, sugere o **desprovemento** dos Pedidos de Reexame em comento.

É o parecer.

Brasília, 11 de dezembro de 2017.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador Substituto